

A LIBERDADE COMO PAGAMENTO: MEDIÇÃO DA LEITURA LITERÁRIA NO CONTEXTO PRISIONAL*

Pedro Borges Pimenta Júnior - IFNMG

Resumo: O presente artigo é fruto de pesquisa-ação desenvolvida no âmbito do projeto de extensão *Remição pela leitura*, desenvolvido por professores e estudantes do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG com recuperandos da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado / APAC – Januária, entre 2019 e 2020. Assim, com base na observação das oficinas de leitura e escrita realizadas e à luz dos estudos de Cosson (2015), Britto (2009), Lajolo e Zilberman (2009), Rouxel (2009) e outros, concluiu-se que a adequada mediação da leitura literária em contextos de privação de liberdade é imprescindível e precisa colaborar para a construção de um espaço de liberdade, em que o leitor se identifique com a obra, alterando-a e, em contrapartida, sendo modificado por ela. Sem isso, portanto, a leitura pode tornar-se mais uma prisão.

Palavras-chave: mediação da leitura; leitura literária; tecnologia; remição.

1 O salário da leitura é a liberdade?

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu a leitura e a escrita no rol das atividades que, realizadas a contento e dentro de uma metodologia específica, permitem a redução de penas de homens e mulheres condenados à privação de liberdade. A Recomendação CNJ nº 44/2013, de 26 de novembro de 2013, incentivou os sistemas prisionais a organizarem seus regimentos para instituir e orientar o acesso a esse benefício, que passou a ser conhecido como remição pela leitura.

Nesse sentido, realizadas dentro das unidades prisionais, a leitura de obras literárias, filosóficas e científicas e a produção de resenhas críticas correspondentes poderiam ser utilizadas para reduzir quatro dias da sentença condenatória, num limite de quarenta e oito dias remidos ao ano.

Essa parece ser uma missão fácil ou poderia representar, aos olhos de alguns críticos da legislação penal, mais uma sobeja regalia destinada aos encarcerados. Contudo, esse cenário é bem menos favorável quando se recorda que, historicamente, afluem às prisões brasileiras um número considerável de pessoas para as quais a escola fora uma prisão ou, antes disso, uma ilusão ou impossibilidade. Dados do Departamento Penitenciário Nacional revelam que, em 2017, 51,35% dos presos no país não haviam concluído o Ensino Fundamental (DEPEN, 2019). Esse dado, conjugado à crônica dificuldade de parte considerável dos estudantes para utilizarem o sistema linguístico e se apropriarem adequadamente dos textos que leem, demonstra que a remição pela leitura não pode ser vista como uma forma fácil e rápida de sair do cárcere.

Longe de ser uma premiação injustificável ou não merecida, a remição pela leitura segue o mesmo princípio adotado quando há redução de pena em razão do trabalho ou do estudo. Assim, segundo Eli Torres (2020), a remição pela leitura ocorre como pagamento dado pelo Estado ao prisioneiro que lê e escreve. Como não envolve ressarcimento pecuniário nesse caso, o pagamento pela realização de atividades de leitura e escrita de resenhas é a liberdade. Isso só foi possível, segundo a pesquisadora, porque, com o passar do tempo:

novas interpretações do judiciário sobre alteração legislativa consolidaram jurisprudência, que estendeu o pagamento com remição aos “leitores resenhistas” de

* XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online

livros. Nessa concepção, o leitor preso tem quatro dias reduzidos da pena a cada resenha, observando o limite anual de quarenta e oito dias (TORRES, 2020, n.p.).

De fato, essa possibilidade fez com que o chavão popular que diz que a leitura dá asas e liberta pareça ter se materializado na remição pela leitura. Essa visão romantizada do ato de ler encontra eco, ainda hoje, em muitas metodologias de “ensino” da leitura e, mais especificamente, de literatura. Assim, o insucesso de muitas metodologias de trabalho com o texto literário ocorre, segundo Annie Rouxel (2013), porque, “na abordagem didática da literatura enquanto arte, o campo das emoções ainda é pouco explorado [...]” (ROUXEL, 2013, p.32).

O avesso dessa leitura bancária, para usar a expressão de Paulo Freire, é a leitura literária que, para Rouxel, representa a “apropriação da obra” pelo indivíduo que lê. Nesse sentido, segundo a autora, ocorre a “alteração da obra pelo leitor e a alteração do leitor pela obra”. Dessa forma, a experiência do texto literário fornece muito mais do que conhecimentos utilitários e informações práticas. Antes disso, faz com que o indivíduo se confronte consigo, movimento importante quando se trata de pessoas que, em tese, deveriam estar em processo de reflexão e reintegração social: “O leitor se expõe ao ler, se desapropria de si mesmo para se confrontar com a alteridade e descobrir, *in fine*, a alteridade que está nele” (ROUXEL, 2013, p. 28).

Contudo, essa experiência íntima proporcionada pela leitura, que lembra as sensações que a menina ruiva do conto clariceano *Felicidade Clandestina*¹ teve ao ler *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato, não ocorre automaticamente. Não se gira uma chave e, num passe de mágica, passa-se a server as palavras, meditando sobre elas. Fugindo desse estereótipo que acaba por escamotear o imenso abismo existente entre o brasileiro médio e esse tipo de leitura, é preciso dizer que o pensamento de Rouxel, quanto à leitura literária, pode ser difícil de operacionalizar, embora factível em muitos contextos.

Esse abismo é ainda mais vertiginoso quando se trata da população carcerária. É o que tem sugerido a experiência obtida em projeto de leitura, para fins de remição de pena, realizado na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC Januária por professores e estudantes do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, ofertado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, ao longo de 2019 e em 2020. A observação do projeto indica que tanto a romantização do ato de ler quanto a fetichização do livro podem provocar medo e insegurança naqueles sujeitos que, segundo as estatísticas, foram alijados, por diversos motivos, do processo de escolarização.

Sem contar as questões de ordem biológica (baixa visão, deficiências, etc.) e ainda a influência do ambiente familiar ou escolar que não incentivou o apreço pelos livros, os recuperandos (termo utilizado, nas APACs, em substituição a detento e preso) envolvidos no projeto demonstravam desconfiança diante do livro. Nas oficinas iniciais, expressavam receio de não completar a leitura, de não entender a história, de não compreender o sentido das palavras, vergonha por não saber pronunciar corretamente os títulos, os nomes dos autores e personagens, entre outros problemas relatados.

Esse quadro observado pode também ter relação com o processo de propaganda e mitificação do livro de literatura, apontado por Luiz Percival Britto e Valdir Barzoto (1998).

¹ No conto, Clarice Lispector (1998) assim retrata o encontro entre a menina e o livro de Lobato: “Como contar o que se seguiu? Eu estava estonteada, e assim recebi o livro na mão. (...) Meu peito estava quente, meu coração pensativo. (...) Criava as mais falsas dificuldades para aquela coisa clandestina que era a felicidade. A felicidade sempre iria ser clandestina para mim. Parece que eu já pressentia. Como demorei! Eu vivia no ar... Havia orgulho e pudor em mim. Eu era uma rainha delicada. Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo” (LISPECTOR, 1998, p. 10).

Segundo os autores, a leitura tem sido utilizada, tradicionalmente, como forma de dominação e não como via para a autonomia e libertação individual:

a supervalorização da leitura em si, como espécie de comportamento sempre saudável e desejável, conduz à mitificação da leitura e à fetichização do livro e do ato de ler. Mais ainda, faz com que se perca completamente a crítica histórica e a percepção de que a leitura tem sido muito mais instrumento de dominação (as classes dominantes sempre tiveram a leitura a seu serviço) do que de redenção de pessoas ou de povos. Ninguém fica melhor ou pior, mais solidário ou misantropo, mais crítico ou alienado porque passa a ser leitor. Pode ser, mas não há aí uma relação de necessidade. Objetivamente, ao contrário do que quer fazer crer o discurso da leitura redentora, não há vínculo necessário entre a leitura e comportamentos saudáveis, positivos. (BRITTO; BARZOTTO, 1998, p. 2).

Assim, a formação do gosto pela literatura e a construção de uma relação crítica e libertadora com relação ao texto não é algo “natural, espontâneo ou fruto da simples vontade”, como afirmou Luiz Percival Britto (2009) em outro trabalho. Para ele, “a formação do gosto se relaciona com as experiências culturais e intelectuais, com a inserção da pessoa num universo de relações complexas” (BRITTO, 2009, p. 23).

Concordando com Ribeiro e Rocha (2019) quando lembram que os presos brasileiros provêm de “uma sociedade onde, em média, se leem 2,5 livros anualmente”, compreende-se que formar um leitor de literatura capaz de descobrir-se, num exercício de liberdade imaginativa e crítica, é desafio tanto para as escolas de ensino básico como para os projetos de leitura construídos nas prisões do país (RIBEIRO e ROCHA, 2029, s.p.).

Nas instituições penais, esse cenário fica mais complicado quando se compreende, como Britto (2009), que a leitura literária exige “comprometimento, rigor e perseverança”, tornando-se penosa para o leitor que busca a liberdade pela via do livro, considerando-se as dificuldades para ler impostas pelas condições das prisões:

A leitura (literária) exige comprometimento, rigor e perseverança. Sua experiência é, muitas vezes, penosa e se distingue de atividades meramente lúdicas (ainda que o possa ser) e de processamento automático do entretenimento (o que já não pode ser). São estes rigor e comprometimento que construirão as condições de liberdade de leitura e do leitor (BRITTO, 2009, p. 23).

Entretanto, apesar dos problemas, tem se observado, em projetos semelhantes ao estudado, certa disposição para a leitura. Isso ocorre em virtude do ócio e do isolamento a que estão sujeitos os apenados. É o que afirmam Ribeiro e Rocha (2019), para quem “a prisão, sem dúvida, é atravessada pela leitura, não por meio de uma consciência imediata do leitor de que é uma atividade importante”, mas porque “a disposição deste leitor é potencializada por sua necessidade de estar longe dos muros” (RIBEIRO e ROCHA, 2019, s.p.).

No caso do projeto de leitura desenvolvido na APAC - Januária, discutido neste artigo, a ociosidade de que tratam as autoras é menos importante, já que a metodologia dessa instituição prevê uma série de atividades laborais, educativas e espirituais na rotina dos seus internos. Antes disso, no caso em análise, a adesão dos recuperandos teve mais relação com a necessidade de contato social com os estudantes e professores que tem executado as oficinas, conquanto seja também importante a evasão imaginativa que o texto ficcional proporciona. Entretanto, o grande atrativo para conquistar o interesse dos recuperandos foi, em maior monta, a possibilidade de receberem a liberdade como salário pelas atividades de leitura e escrita realizadas.

Por mais que seja importante ater-se mais detidamente às razões que motivam a entrada e permanência dos recuperandos no projeto, interessa, neste trabalho, compreender

como a delicada teia tecida para formar leitores de literatura depende, em boa parte, do trabalho de mediação da leitura, essencial nesse tipo de abordagem e contexto. É sobre esse tema que se tratará adiante.

2 A mediação da leitura literária: uma tênue teia

Apesar da quase unanimidade quando o assunto é a importância e necessidade da leitura, a realidade é bem outra, porque, historicamente, o ato de ler, especialmente literatura, tem sido associado ao cumprimento de obrigações escolares, como lembram Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2009):

O professor, entendido como o principal agente de introdução de um indivíduo no mundo da escrita, ocupou-se da formação de leitores. E, assim, um sistema triangular tomou forma no decorrer da história brasileira, organizado em torno a esses ângulos – professor, escola e aluno –, sendo confiada aos dois primeiros uma tarefa e uma responsabilidade, e ao terceiro, uma obrigação (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 124).

As tentativas de fugir dessa realidade encaminham, geralmente, à discussão sobre a leitura literária. Nessa direção, Rildo Cosson (2015) lembra que ao professor/educador compete a missão de colocar-se entre o estudante e a leitura. Nesse sentido, a mediação deve ser realizada como uma espécie de “animação” que abarca várias atividades, nas quais o mediador/animador “deve guiar-se por princípios que envolvem diversidade, sensibilidade, valorização da experiência e da contemplação, afetividade e fortalecimento da autoestima para possibilitar ao aluno o desenvolvimento de suas potencialidades” (COSSON, 2015, p. 166).

Contudo, essa animação não deve reduzir-se à criação de uma empatia desarrazoada pelos livros, muito menos “a uma simples leitura ilustrada, cujo único objetivo seja proporcionar o prazer de ler”. Ao contrário, segundo o pesquisador, a mediação adequada da leitura não pode ser confundida com “o ensinar um conteúdo sobre a literatura, nem com uma simples atividade de lazer” (COSSON, 2015, p. 169).

Nessa perspectiva, como se demonstrará, a mediação da leitura no âmbito do projeto analisado colocou em evidência o leitor e sua experiência de vida, ressignificados nas obras lidas, sem a tentativa de fetichizar o livro, transformando-o em um objeto mágico. Na direção oposta, as abordagens do livro e da leitura buscaram ajudar os recuperandos a conquistarem a dignidade e respeito que a sociedade geralmente confere aos indivíduos que leem e, em última instância, permitiram ou facilitaram o acesso à liberdade.

Contudo, a mudança de paradigma empreendida pelo projeto não foi capaz de minimizar problemas, como desistência, o abandono da leitura, a alienação quanto ao texto lido, etc. Entretanto, sem a tênue teia criada para “prender” leitores, não seria possível que a leitura tivesse o “comprometimento, rigor e perseverança” listados por Brito (2009) como necessários para obter “as condições de liberdade de leitura e do leitor” (BRITO, 2009, p. 23).

3 O projeto de leitura: pescando leitores

Em 2019, conhecendo a necessidade de operacionalizar a remição pela leitura na Comarca de Januária – MG, estudantes e professores do IFNMG, propuseram a execução de um projeto de extensão com o intuito de colaborar para que um grupo de 16 recuperandos do regime fechado da APAC - Januária desenvolvessem habilidades de leitura e escrita que lhes permitissem acessar a redução de dias de reclusão.

Nesse sentido, a equipe realizou oficinas presenciais – batizadas de *Pescando leitores*, para instigar o interesse dos recuperandos pelas obras disponíveis (a APAC – Januária possui

uma biblioteca com razoável acervo). Na sequência, preparando-os para a escrita, foram apresentadas as especificações dadas pela legislação mineira² quanto ao emprego do gênero resenha, orientando a autocorreção dos primeiros textos. Porém, as ações mais proveitosas, segundo relatos dos participantes, eram as rodas de conversa sobre os livros escolhidos.

Nesses momentos, os recuperandos conseguiam ir além das dificuldades que sempre relatavam e demonstravam vivo interesse em partilhar as emoções que as tramas despertavam neles, revelando as impressões pessoais a respeito do que liam. Importante observar o destaque dado, nesses relatos e também em algumas resenhas, ao delito e ao “ser delituoso”, de modo a reforçar uma crítica à prática de crimes e ao preconceito, sempre na expectativa de serem percebidos como sujeitos em recuperação, em busca da dignidade. Assim, era comum ouvir deles que tal personagem se parecia com um familiar ou amigo ou que um embate do personagem lembrava algo que ocorrera em suas vidas.

No primeiro ano, a mediação realizada pela equipe executora do projeto visava, entre outros objetivos, atingir esse nível de identificação do leitor com a obra. As dinâmicas buscavam, sobretudo, “pescar” leitores. Nesse sentido, o livro foi apresentado como uma janela para o mundo fora dos muros, um aliado, e não como símbolo das limitações deles. Essa postura demandou um processo de triagem³ de títulos que fossem adequados ao ambiente prisional (pois a instituição veta alguns temas, tramas e alguns autores) e ao nível de proficiência leitora que apresentavam.

Os percalços do processo de leitura eram conhecidos pelos pedidos para troca dos livros que eles mesmos escolhiam dentre aqueles selecionados previamente: tratavam-se geralmente de reclamações sobre a quantidade de páginas, o vocabulário complexo, queixas quanto ao prazo para terminar a leitura, ou ainda em relação à necessidade de se escrever um texto sobre o que fora lido. Ou seja, problemas típicos do processo de escolarização da leitura, decorrentes, no caso em análise, da metodologia estabelecida para a remição.

Assim, levando em conta os problemas enfrentados e os resultados obtidos, o projeto contabilizou, na primeira edição, a escrita de 26 resenhas, o que corresponde a 104 dias de pena remidos por intermédio da leitura e da escrita.

Em 2020, em razão da pandemia do novo coronavírus, o projeto precisou ser remodelado. Entraram em cena as ferramentas de comunicação por internet. Após autorização da instituição e da preparação e testes do equipamento, as oficinas passaram a ser realizadas por videoconferência, utilizando-se a ferramenta *Google Meet*. Esse novo jeito de auxiliar na leitura e na escrita, obviamente, provocou incertezas e deixou os recuperandos distantes, num primeiro momento, já que a presença da equipe nas oficinas representava uma ruptura nas rotinas. Contudo, esse estranhamento inicial foi logo substituído pelo interesse quanto às possibilidades de comunicação e de troca de conhecimentos permitidas pela tecnologia.

Compreendendo que a discussão sobre os efeitos da pandemia seria um tema incontornável, as oficinas propuseram a leitura de crônicas sobre os efeitos do isolamento social na vida extramuros e a escuta de alguns episódios do podcast *Que dia é hoje?*, sobre o mesmo assunto. O debate foi proveitoso, porque a realidade intramuros foi logo associada e comparada com as situações trazidas nos textos lidos e ouvidos.

Ainda em razão das limitações pandêmicas, que impediu a ida dos membros do projeto à APAC, em 2020 foi necessário diminuir o leque de títulos à disposição. Para orientar

² Em Minas Gerais, a remição pela leitura foi instituída e ganhou regulamentação por meio da Resolução Conjunta SEDS/TJMG nº 204, de 08 de agosto de 2016. O artigo 3º desse texto define como objetivo da remição o seguinte: “proporcionar ao recuperando remir parte de sua pena através da leitura de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras” (MINAS GERAIS, 2016, s.p.).

³ A escolha dos títulos a serem lidos depende do tema e, em alguns casos, do autor. Assim, obras que contivessem enredos angustiantes, conteúdo erótico ou que façam apologia ao crime são vetados pela instituição. Contudo, as maiores limitações eram, principalmente, questões relativas ao nível de complexidade do texto, número de páginas, ausência de ilustrações e, especialmente, falta de uma capa instigante.

melhor a leitura e a escrita dos textos, adotou-se, portanto, uma única obra para leitura mensal.

Apesar de limitar a autonomia do processo, a imposição de uma mesma obra para todos permitiu, por outro lado, a formação de uma comunidade de leitores que, segundo Cosson (2015), é fator importante para desenvolver a competência literária. Em grupo, é possível reinventar os modos de estar no mundo pela experiência comum do texto (COSSON, 2015, p. 169 – 170).

A primeira experiência comunitária de leitura foi feita com o livro *Queria brincar de mudar meu destino* (Papyrus, 2009, 144 p.), do psicólogo e escritor baiano Gilvã Mendes. Do título às ilustrações, o romance autobiográfico de Gilvã foi um convite ao debate sobre desejo de liberdade, luta por respeito e dignidade, superação e resistência, temas que tocaram a sensibilidade dos leitores.

A mediação da leitura desse romance demandou a tarefa de aproximar os leitores do livro e do autor. Assim, com a ajuda da tecnologia, as oficinas oportunizaram a leitura e o debate coletivo dos capítulos iniciais da obra e, especialmente, permitiram que os leitores conversassem com autor. Esse diálogo aconteceu em dois momentos especiais, quando Gilvã Mendes falou, por videoconferência, sobre o processo de escrita de seus livros e respondeu perguntas dos recuperandos.

Ao conhecer, pela leitura e por meio da tecnologia, as dificuldades de uma criança pobre, periférica e cadeirante para estudar, ganhar notoriedade e projetar-se profissionalmente no seletivo mundo da escrita literária, os recuperandos foram levados a perceber que a literatura não é uma miragem distante ou, muito menos, um porto inalcançável. Isso foi observado nos comentários e perguntas dirigidas ao autor e, especialmente, nas resenhas produzidas sobre o livro.

É sobre essa possibilidade de virar o jogo, assunto muito presente nas partilhas e bate-papos que os recuperandos fazem sobre os livros, que Gilvã Mendes (2009) escreveu na introdução de seu livro: “Nunca acreditei que o homem fosse produto do meio. Acredito, isso sim, que somos produto de nossos pensamentos, desejos e de nossa determinação” (MENDES, 2009, p. 11). Assim, entre todas as iscas lançadas ao mar para fígar leitores, a obra e a “presença” de Gilvã Mendes foram as mais eficientes.

4 Considerações finais

A mediação é, de fato, essencial para que a leitura literária ocorra de modo satisfatório. Sem dúvidas, esse tipo de experiência cultural pode promover o encontro do leitor consigo mesmo, favorecendo a construção de um espaço de liberdade e autonomia intelectual.

Ao optar por aproximar a obra do leitor, afastando a possibilidade de fetichização do livro e da romantização do ato de ler, o trabalho de mediação realizado na APAC – Januária permitiu que os recuperandos deixassem de temer o livro, passando a se apropriarem da literatura para processar sua identidade e potencializar sua mundividência.

Em última análise, esse trabalho de mediação conseguiu formar uma comunidade de leitores que, auxiliada pela tecnologia, pode alargar mais ainda as janelas pelas quais o mundo é visto, mesmo quando se trata da realidade do cárcere. Juntos, e contando com o apoio especializado, os recuperandos puderam transformar-se em sujeitos de sua própria ressocialização por meio da leitura literária que, nesse caso, os recompensou com uma dupla liberdade: dos corpos e mentes.

Agradecimentos

Agradecemos ao IFNMG – *Campus Januária* pela disponibilização de recursos no âmbito Programa Institucional de Bolsas de Extensão aos Discentes (PIBED-IFNMG/2019 e 2020).

Referências

BRITTO, Luiz Percival Leme. Literatura: conhecimento e compromisso com a liberdade. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 27, n. 53, p. 17-23, jan. 2009. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/401> Acesso em: 01 ago. 2020.

BRITTO, Luiz Percival Leme; BARZOTTO, Valdir. Promoção x mitificação da leitura. **Boletim informativo da ALB**. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

COSSON, Rildo. A prática da leitura literária na escola: mediação ou ensino? **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 26, n. 3, p. 161-173, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3735>. Acesso em: 01 ago. 2020.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias / atualização junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, DEPEN, 2019, 87 p. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf> Acesso em: 14 ago. 2020.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Das tábuas da lei à tela do computador: a leitura em seus discursos**. 1ª ed., São Paulo: Editora Ática, 2009, 176 p.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**. São Paulo: Rocco, 1998.

MENDES, Gilvã. **Queria brincar de mudar meu destino**. 1. ed., 1. reimpres. Campinas - SP: Papyrus, 2009, 144 p.

MINAS GERAIS. Resolução Conjunta SEDS/TJMG nº 204, de 08 de Agosto de 2016.. Belo Horizonte - MG, Disponível em: http://www.tjmg.jus.br/data/files/5B/30/9E/42/D443B510F6A902B5480808A8/RESOLUCAO-SEDS-TJMG-204-2016%201_.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

RIBEIRO, Maria L. da Costa; ROCHA, Maria do Rosário C. Olhando pelo avesso: reflexões sobre a remição pela leitura e a escolarização nas prisões brasileiras. In: SANTOS, Fernanda Marsaro dos; *et. al.* (orgs.) **Educação nas Prisões**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. E-book. Não paginado.

ROUXEL, Annie. Aspectos metodológicos do ensino de literatura. In: DALVI, Maria Amélia *et. al.* (orgs.). **Leitura de literatura na escola**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013, 168 p.

TORRES, Eli da Silva. **Prisão, educação e remição de pena no Brasil**. Paco e Littera, 2020. E-book. Não paginado.

Outras obras consultadas:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 44/2013, de 26 de novembro de 2013**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1907> Acesso em: 01 jul. 2020.

QUE DIA É HOJE?: Texto de Vinícius Caldernoni. [S. 1.] Trovão Mídia, 11 mai. 2010.
Podcast. Disponível em:
<https://open.spotify.com/show/1e8gFFZeB3Ablr0ihOgmj4?si=6c9GxJADSIQuQi2XHM2ixQ>
Acesso em: 14 jul. 2020.